



## Intervenção Paulo Trindade

PRACE

Camaradas,

Um dos eixos centrais da ofensiva de direita contra os trabalhadores, a Administração Pública e a essência da própria democracia consubstancia-se no designado PRACE (Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado).

Tal programa foi desenvolvido no quadro de uma poderosa ofensiva ideológica assente em duas falácias:

A primeira foi a diabolização dos trabalhadores da Administração Pública sistematicamente apelidados de privilegiados.

A segunda foi a alegada necessidade de emagrecer, de reduzir o papel do Estado em nome da sacrossanta necessidade de redução do défice público.

Pretendeu-se incutir na sociedade portuguesa a ideia de que retirados direitos aos trabalhadores, reduzindo o Estado à sua ínfima expressão, os portugueses teriam um mar de rosas.

Claro que se ocultou que quando se reduz a parte da riqueza atribuída ao factor trabalho se aumenta a parte da riqueza atribuída ao factor capital.

Claro que se ocultou que quando se retiram direitos a um grupo de trabalhadores não se estão a dar mais direitos a quaisquer outros trabalhadores.

Ou seja, procurou-se atirar trabalhadores do privado contra os do público e vice-versa, dividindo para reinar.

Ocultou-se que quando se reduzem as funções sociais do Estado, quando se encerram escolas, maternidades, centros de saúde, ATL's não se está a beneficiar a generalidade dos cidadãos.

Está-se sim a retirar direitos à maioria da população e fazendo engordar os lucros daqueles muito poucos que tendo capital podem investir na mercantilização dos serviços públicos, ou seja apostar em lucros privados à conta do financiamento público.



Tudo isto foi publicitado como a “Reforma da Administração Pública”. Também esta designação – Reforma – é um perfeito embuste, assente numa habilidosa técnica de “marketing”.

É que, ao longo de séculos, os trabalhadores lutaram por direitos e reformas num sentido progressista e de avanço civilizacional.

Nos tempos em que vivemos, o grande capital, os partidos de direita – ou que não se assumindo como tal mas que efectivamente prosseguem políticas de direita – utilizam o termo “reforma” para “vender gato por lebre”.

Ou seja, para tais senhores, reformar não é progredir mas sim retroceder séculos, aos tempos em que o poder dominante reduzia o papel do Estado à sua função repressiva.

Ou seja, o que se pretende é calcar, destruir, regredir, espezinhando direitos conquistados pela luta dos trabalhadores ao longo dos séculos.

Esta é de facto a caracterização do tal PRACE em termos sociais.

Para tal até se inventou uma palavra que não consta no dicionário português: externalização.

Porquê?

Porque a palavra privatização podia pôr alguns ouvidos alerta.

E, assim, o tal PRACE visou centralizar poderes, nomeadamente nas Secretarias-Gerais dependentes directamente dos membros do Governo, encerrar serviços descentralizados, reduzir o número de trabalhadores para se concluir que, depois, como os serviços não funcionam, há que encerrá-los.

Ao lado, em tudo o que é rentável - e já chegámos às prisões e aos cemitérios - os interesses lucrativos vão ocupando posições e depois quem quer serviço público ou que deveria ser público, passa a funcionar segundo aquele primado: quem quer saúde paga!

Saúde, Educação, Segurança Social, Ambiente, Justiça.

Aliás, a eficiência de tal reforma está testada e evidenciada em aspectos caricatos:

- Por exemplo: a DG Geologia e Energia passou a chamar-se DG Energia e Geologia.
- Por exemplo: extinguiu-se a DG Viação – que funcionava mal – substituindo-a por duas novas entidades dependentes de duas tutelas diferentes – que não funcionam – e fazem-se protocolos com uma terceira entidade: Governos Civis; tentam-se contratar advogados, pagos à peça; abrem-se processos para pôr trabalhadores na mobilidade



e, ao mesmo tempo solicitam-se POC's ao IEFP para os substituir.

Criam-se empresas para gerir os meios aéreos de combate aos fogos florestais.

Criam-se empresas para gerir os trabalhadores em mobilidade.

Passa-se a Estradas de Portugal a Sociedade Anónima, visando a privatização da rede rodoviária e põe-se, à sua frente, um administrador que até agora só soube fazer três coisas: vender património, reduzir o número de trabalhadores, achincalhar a sua dignidade: "quem não vai pela porta grande, vai pela porta pequena"; "nunca vi suor na camisa de um cantoneiro"; e provocar os dirigentes sindicais, apelidando-os de "albaneses".

Integram-se os Guardas-Florestais no SEPNA da GNR e depois, nem um cartão de identificação se lhes atribui.

Entretanto, morre-se por falta de assistência à porta dos Hospitais, vai-se ter filhos a Espanha, obrigam-se crianças a percorrer dezenas de quilómetros para ir à escola, reduz-se a segurança pública mas cria-se uma polícia de costumes – a ASAE – onde se espezinham os direitos dos seus trabalhadores.

Volta-se às forças musculadas de má memória.

Instala-se um clima repressivo e intimidatório nos Serviços Públicos. Fomenta-se a dilação. Intimidam-se dirigentes sindicais.

E sempre, mas sempre, camaradas: retiram-se direitos aos trabalhadores e os sindicatos. Agora até o direito de negociação se pretende coarctar aos sindicatos.

Só mentes ideologicamente baralhadas não vêem que estas medidas afectam a essência da própria democracia.

Isto camaradas, são as reformas do Sócrates e de toda a direita no seu melhor. No seu fim para os trabalhadores.

Camaradas

Não é por acaso que o lema do nosso Congresso é

TRABALHO, DEMOCRACIA, DIREITOS



# CONGRESSO

LOCAL: POLITÉCNICO DE SETÚBAL 30 E 31 MAIO

Porque como diz a canção

“Para melhor está bem, está  
bem, para pior já basta assim.”

E um dos maiores poetas portugueses um dia, há muito, muito tempo, escreveu que:

*“Porque todo o mundo é composto de mudança  
troquemos-lhe as volta qu'inda o dia é uma criança.”*

E é por isso camaradas que A LUTA CONTINUA!!

Viva o IX Congresso!!

Setúbal, 31 de Maio de 2008